



REUNIÃO CONJUNTA

Conselho Político da ACD

Frente Parlamentar sobre o limite dos juros e auditoria da dívida pública

Brasília, 7 de julho de 2026

REUNIÃO CONJUNTA do Conselho Político da ACD e da Frente Parlamentar sobre o Limite de Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular – Dia 07.07.2026

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA

- Mobilização contra a PEC 65, que autoriza o BC realizar comprar papéis podres de bancos.
- Manutenção taxa básica de juros Selic em patamar exorbitante.
- Selic extremamente elevada (14,25% a.a.) e a desastrosa política monetária do BC.
- Reforma Administrativa (PEC 38/2025) poderá ser pautada ainda em 2026.
- Carta-Aberta Eleições 2026.

2 - PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL “Reforma Administrativa” - PEC 38/2025

- Contribuições da ACD à luta contra essa proposta de desmonte do Estado:
 - Novo folheto denuncia influência internacional na PEC 38/2025.
 - Portaria MGI nº 4.683/2026, que antecipa aspectos dessa contrarreforma.
- Alerta sobre o conteúdo do PRS n.º 8/2025 do Senado Federal.
- Ferramenta para envio de carta a parlamentares e autoridades com apenas 1 clique.
- Artigos e entrevistas.
- Estratégias de divulgação e mobilização.

REUNIÃO CONJUNTA do Conselho Político da ACD e da Frente Parlamentar

3 - PEC 65/2023 E A TRANSFORMAÇÃO DO BANCO CENTRAL EM INSTITUIÇÃO SEM CONTROLE, COM PODER PARA COMPRAR PAPÉIS PODRES DE BANCOS

- Apresentação do novo folheto sobre a PEC 65/2023.
- Necessidade de mutirão contra a PEC 65/2023 no Senado Federal.
- Apoio financeiro das entidades para viabilizar a mobilização no Congresso Nacional.
- Ferramenta com um clique envie mensagem a todos os senadores e senadoras.
- Visita as redes sociais da ACD, todos os dias tem posts e atualizações sobre a PEC 65.

4 - FRENTE PARLAMENTAR PELO LIMITE DOS JUROS E AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR E CAMPANHA PELO LIMITE DE JUROS (PLP 104/2022)

- Requerimentos 1527/2026 e 1528/2026 permitem o avanço imediato do projeto para a CCJ. Com apenas 1 clique, envie uma mensagem cobrando sua aprovação.
- Página web reúne tudo sobre o Seminário Nacional realizado pela Frente em conjunto com a ACD: *Financeirização, Sistema da Dívida e os reflexos das fraudes do Banco Master para a classe trabalhadora.*

REUNIÃO CONJUNTA do Conselho Político da ACD e da Frente Parlamentar

5 - CURSO "O SISTEMA DA DÍVIDA NO BRASIL E A NECESSIDADE DE AUDITORIA INTEGRAL"

- Inscrições abertas até dia 31/07/2026.
- Solicitação de apoio das entidades na divulgação junto às suas bases e financiamento de participação de dirigentes, colaboradores(as) e filiados(as).
- Vários depoimentos sobre a importância do curso.
- São 16 vídeos aulas gravadas com cerca de 30 minutos de duração cada.
- Trabalho de conclusão é um artigo sobre os temas tratados.
- Haverá certificado ao final para os alunos que concluírem o curso.
- Pedimos as entidades para divulgarem em suas redes sociais e site.

6 - ELEIÇÕES 2026

- Carta-Aberta Eleições 2026 já finalizada e enviada a todos os partidos políticos.
- Todas as pessoas podem enviar com 1 clique através da ferramenta da ACD.

7 - NÚCLEOS DA ACD

- Informes gerais e propostas surgidas na reunião de Núcleos realizadas do dia 26/06/2026.

REUNIÃO CONJUNTA do Conselho Político da ACD e da Frente Parlamentar

8 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA A ACD

- Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145 ou <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>.
- Entidades podem solicitar à ACD para apresentar carta solicitando doação mensal.

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA

A CONJUNTURA EXIGE MOBILIZAÇÃO NACIONAL, DIANTE DA CENTRALIDADE DO SISTEMA DA DÍVIDA E AUMENTO DE SEUS PRIVILÉGIOS

Contínuos ataques aos direitos sociais; riscos à soberania nacional e o controle democrático das finanças públicas, por exemplo:

- Interferência de organismos internacionais (BIS, BID, Banco Mundial) nas nocivas propostas de emenda constitucionais - PEC 65/2023 (que entrega o BC para banqueiros) e PEC 38/2025 (contrarreforma Administrativa), conforme folhetos elaborados pela ACD;
- Juros exorbitantes: Selic em patamar extremamente elevado;
- Carta-Aberta Eleições 2026 já está disponível para mobilização nacional.

É HORA DE INTENSIFICAR A MOBILIZAÇÃO SOCIAL.

PEC 65 transforma BC em balcão de papéis podres de bancos privados

PEC 65

Artigo de Fattorelli repercute nacionalmente:

"PEC 65 transforma BC em balcão de papéis podres de bancos privados"



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA



PEC 65/2023

**transforma o Banco Central
em balcão de
papéis podres
de bancos privados.**



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/artigo-de-fattorelli-tem-repercussao-nacional-pec-65-transforma-bc-em-balcao-de-papeis-podres-de-bancos-privados/>

BANCO CENTRAL MANTÉM A SELIC EM PATAMAR EXORBITANTE

A tímida redução de 0,25 ponto percentual não altera o cenário de juros excessivamente elevados.

TAXA SELIC

SELIC ainda em patamar abusivo:

Quem ganha com juros tão altos?



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/selic-ainda-em-patamar-abusivo-quem-ganha-com-juros-tao-altos/>

ECONOMIA

Juros elevados lideram motivos de desistência na compra de imóveis no Brasil



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/juros-elevados-lideram-motivos-de-desistencia-na-compra-de-imoveis-no-brasil/>

BRASIL CONTINUA ENTRE OS PAÍSES COM AS MAIORES TAXAS DE JUROS REAIS DO MUNDO

- A manutenção da Selic em patamar extremamente elevado explode o estoque da dívida pública, aumenta o gasto com juros e atrasa ainda mais o nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental;
- Juros elevados restringem investimentos produtivos, dificultam a geração de empregos e encarecem o crédito para famílias, empresas e produtores;
- Enquanto faltam recursos para políticas públicas, trilhões de reais são direcionados ao pagamento de juros da dívida pública;
- A política monetária baseada em juros excessivos aprofunda a perversidade do Sistema da Dívida e aprofunda a concentração de renda.

BANCO CENTRAL: PRINCIPAL RESPONSÁVEL

Taxa básica de juros Selic se encontra em 14,25% a.a.

DE QUE ADIANTA CORTAR GASTOS SOCIAIS SE O ROMBO ESTÁ NOS JUROS?

**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

R\$ 65,0 BILHÕES

A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-8,8	-0,07	9,8	0,07
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	-65,0	-0,50	-59,3	-0,45
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	-22,4	-0,17	-22,0	-0,17

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.
2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e aumento de índices de preços.
3/ Variação mantida por doze meses.



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

**O Brasil pratica a taxa básica
de juros reais mais elevada
do mundo:**

Zona do Euro... - **0,39%** a.a.

EUA - **0,43%** a.a.

Japão - **0,49%** a.a.

BRASIL **9,1%** a.a.

Fonte: <https://clubedospoupadores.com/ranking-juros-reais>

ARCABOUÇO FISCAL APROFUNDA AS RESTRIÇÕES AOS INVESTIMENTOS SOCIAIS E PRIORIZA O SISTEMA DA DÍVIDA

EDUCAÇÃO

ACD se une ao ANDES-SN contra novo corte bilionário na educação



Desde a tramitação do Arcabouço Fiscal (LC 200/2023), a ACD alertou que o teto para as despesas primárias resultaria em congelamento salarial, restrição de concursos, precarização dos serviços públicos e redução dos investimentos sociais, enquanto preserva os gastos com a dívida.



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA



CAMPANHA
NACIONAL
POR DIREITOS
SOCIAIS

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/parceiro-da-acd-por-mais-direitos-sociais-andes-sn-repudia-novo-corte-bilionario-de-verbas-da-educacao/>

ARCABOUÇO FISCAL APROFUNDA AS RESTRIÇÕES AOS INVESTIMENTOS SOCIAIS E PRIORIZA O SISTEMA DA DÍVIDA

Artigo

Aposentadoria somente aos 78 anos: mais um ataque do Banco Mundial contra o povo brasileiro

ARTIGO: Aposentadoria somente aos 78 anos: o ataque do Banco Mundial contra o povo brasileiro



Por: Marcos Trombeta

Apesar da recente reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2019), que gerou consequências graves a todo o povo brasileiro, o Banco Mundial não está satisfeito e propõe a continuidade do processo de desmonte do sistema previdenciário por meio de novas reformas, ainda mais radicais. A finalidade do BIRD é aumentar a idade mínima para aposentadoria, que hoje é de 65 anos para homens e 62 para mulheres. Pela proposta de técnicos do Banco Mundial no artigo "O Sistema Previdenciário Brasileiro sob a ótica da equidade" (leia aqui), a nova idade mínima seria de 72 anos até 2040 e 78 até 2060, para homens e mulheres.

O texto também propõe ataques às atuais regras previdenciárias para mulheres, professores e trabalhadores rurais, que deixariam de contar com regras diferenciadas para aposentadoria. Se a vontade do Banco Mundial for formalizada nestes critérios, grande parte dos brasileiros estará condenada a não se aposentar e, conseqüentemente, mais exposta a enfrentar condições de miserabilidade durante a velhice.



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Aposentadoria somente aos 78 anos? A proposta defendida em estudo do Banco Mundial prevê elevar a idade mínima para 72 anos, para homens e mulheres, até 2040, com meta de chegar a 78 anos até 2060.

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/aposentadoria-somente-aos-78-anos-mais-um-ataque-do-banco-mundial-contr-o-povo-brasileiro/>

POR TRÁS DO ARCABOUÇO FISCAL, DAS CONTRARREFORMAS E DOS JUROS: O SISTEMA DA DÍVIDA

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R\$ 5,054 TRILHÕES

OUTROS	PERCENTUAL
Administração	0,5802
Gestão Ambiental	0,3977
Ciência e Tecnologia	0,3697
Segurança Pública	0,2857
Transporte	0,2552
Essencial à Justiça	0,2058
Legislativa	0,1931
Relações Exteriores	0,0919
Organização Agrária	0,0834
Comunicações	0,0486
Cultura	0,0461
Indústria	0,0442
Urbanismo	0,0374
Comércio e Serviços	0,0315
Direitos da Cidadania	0,0274
Energia	0,0230
Desporto e Lazer	0,0103
Habitação	0,0084
Saneamento	0,0047
TOTAL	2,7443



FONTE: Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siof.planejamento.gov.br/painelorcamento>

ELABORAÇÃO: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 14/1/2026. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 3 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente pelo cumprimento de sentenças judiciais e concessão de financiamentos).

NOTA: O total inicialmente previsto no Orçamento Federal 2025 para as "emendas parlamentares" foi de R\$ 50,4 bilhões. Esse montante inclui emendas de bancada estadual, emendas de comissão e emendas individuais (dentre as quais as "Emendas Pix", no valor de R\$ 6,9 bilhões, que representaram 0,14% do orçamento federal pago em 2025). Os valores efetivamente empregados (pagos) em 2025 de todas as emendas parlamentares somaram R\$ 31,5 bilhões (0,62% do orçamento pago). Veja o artigo "O privilégio do Sistema da Dívida no orçamento federal pago em 2025 e o Raio X das Emendas Parlamentares".

O ARCABOUÇO FISCAL IMPEDE A UTILIZAÇÃO DE TRILHÕES DE REAIS QUE ESTÃO NO CAIXA DO GOVERNO

➤ Chegamos a **mais de R\$ 5 TRILHÕES** em caixa em 31/12/2025:

- **R\$ 2,068 TRILHÕES** na Conta Única do Tesouro Nacional
- **R\$ 1,195 TRILHÃO** no caixa do Banco Central
(Operações Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados – “Bolsa Banqueiro”)
- **R\$ 1,971 TRILHÃO** em Reservas Internacionais

Tudo reservado para o Sistema da Dívida

PEC 38/2025 REFORMA ADMINISTRATIVA OU DESMONTE?

Reforma Administrativa ou Desmonte?

Como o Banco Mundial e o BID interferem para o desmonte dos serviços sociais

Uma nova proposta de "Reforma Administrativa" está sendo apresentada à sociedade de forma extremamente atraente e sedutora, por meio de intensa propaganda de "modernização" do Estado brasileiro, eficiência na prestação de serviços públicos e economia de recursos. Todas as pessoas querem isso, mas será que essa proposta representa isso mesmo? **Você precisa conhecer, porque essa proposta interfere em sua vida!**

A medida foi formalizada na Câmara dos Deputados como **Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 38/2025 e 2 projetos de lei** e pretende fazer uma profunda modificação na Constituição Federal do Brasil. Caso aprovada, essa proposta representará um prejuízo incalculável à população, pois irá DEMOLIR a estrutura do Estado que presta **serviços de saúde, educação, previdência, assistência e demais, os quais correm o risco de serem privatizados ou até desaparecer.**

E o que está por trás desse desmonte da estrutura do Estado? Entregar mais recursos ainda para o pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública, que já consome mais de 40% do orçamento federal anualmente, como mostra o gráfico abaixo, referente ao ano de 2025, por exemplo.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R\$ 5,054 TRILHÕES



AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA
FONTE: Painel do Orçamento Federal - <http://www.sicoj.financiam.gov.br/portal/orcamento>
ELABORAÇÃO: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 14/12/2024. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
Gráfico por Função, com exceção da Função "Outros Especiais", que foi desmembrada em 3 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (PNO 2 e 4); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903) e "Outros Encargos Especiais" (Sistema de Função, composto principalmente pelo pagamento de sentenças judiciais e concessão de financiamento).
NOTA: O total inicialmente previsto no Orçamento Federal 2025 para os "emendas parlamentares" foi de R\$ 35,4 bilhões. Esse montante inclui emendas de bancada estadual, emendas de comissão e emendas individuais (dentro as quais as "emendas Pivô", no valor de R\$ 4,9 bilhões, que representam 13,8% do orçamento federal pago em 2025). Os valores efetivamente empregados (pagos) em 2025 de todas as emendas parlamentares somam R\$ 21,3 bilhões (60,2% do orçamento pago). Veja o artigo "O privilégio do Sistema da Dívida no orçamento federal pago em 2025 e o Risco X das Emendas Parlamentares".

Essa dívida não tem servido para financiar investimentos no país, como já **comprovado pelo Tribunal de Contas da União**, funcionando como o que denominamos **Sistema da Dívida**.

A proposta de "Reforma Administrativa" privilegia o **Sistema da Dívida** também no âmbito dos Estados, Municípios e Distrito Federal, na medida em que limita o crescimento das despesas com

RISCO DE VOTAÇÃO APÓS AS ELEIÇÕES

- A Auditoria Cidadã da Dívida segue ampliando a mobilização nacional contra a PEC 38/2025.
- Folheto "Reforma Administrativa ou Desmonte?"
- Produção de artigos e entrevistas.
- Divulgação da ferramenta de envio de cartas com apenas 1 clique.

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/folheto-reforma-administrativa-ou-desmonte/>

Campanhas “É hora de virar o jogo” , “Pelo Limite dos juros no Brasil” e “Campanha Nacional por Direitos Sociais” impulsionam a divulgação das lutas sociais



<https://auditoriacidade.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

<https://auditoriacidade.org.br/limite-dos-juros/>



<https://auditoriacidade.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>

LIMITE
DOS JUROS JÁ!
ATÉ 12% AO ANO
(ou o dobro da Selic, o que for menor)



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

"SISTEMA DA DÍVIDA"

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-que-e-o-sistema-da-divida/>

- Contínua subtração de recursos públicos;
- Ausência de contrapartida em investimentos, como declarou o Tribunal de Contas da União TCU <https://bit.ly/2NTPIJo>
- Dívida alta tem justificado teto de gastos, arcabouço fiscal, contrarreformas, privatizações, juros altos (!).
- **Ver vídeo 17** <https://bit.ly/2YE5R2S>

TCU CONFIRMOU QUE A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NÃO TEM CONTRAPARTIDA EM INVESTIMENTOS

Destinação de recursos para investimentos



VIA ORÇAMENTO

- No período de 2000 até 2017, nenhuma despesa orçamentária do OFSS classificadas no GND 4 – Investimentos foi custeada com recursos das fontes 43 ou 44 (fonte emissão de títulos)

VIA BNDES

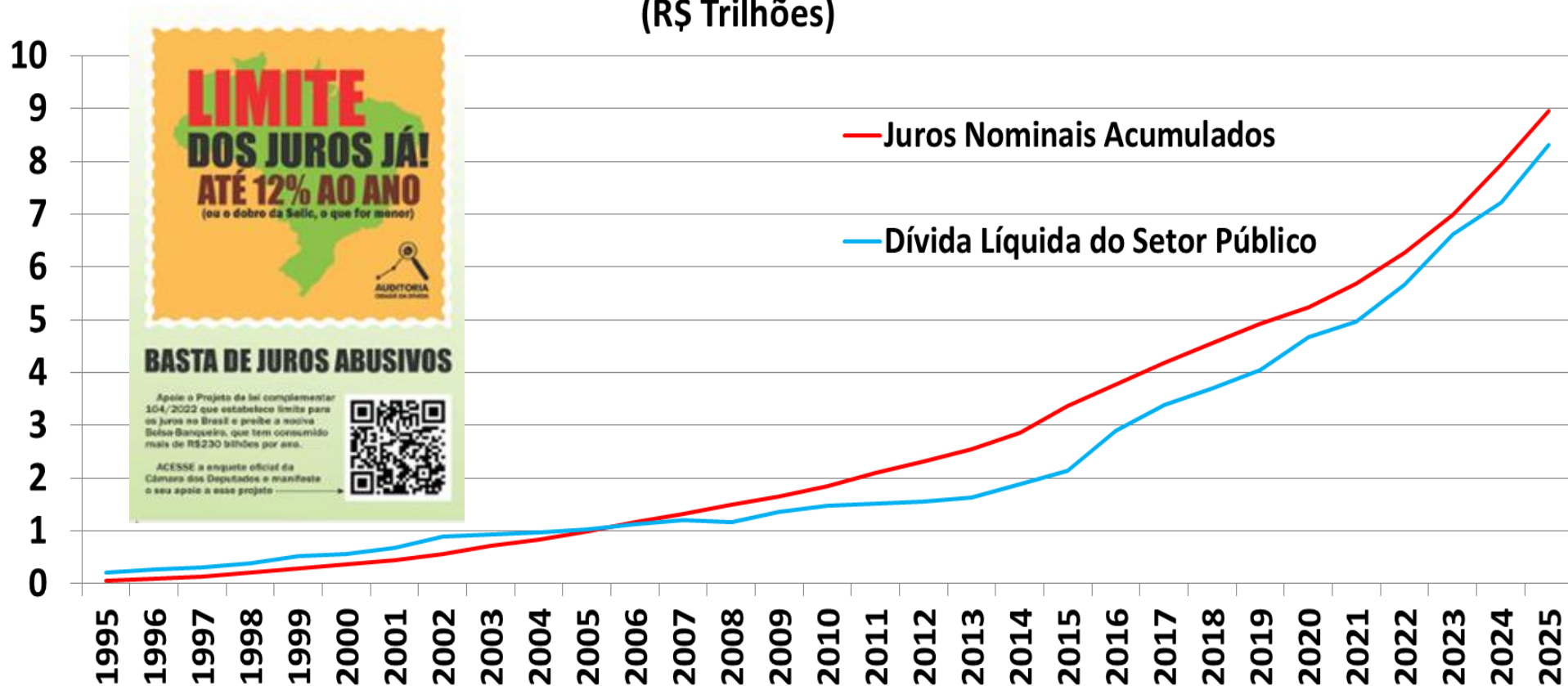
Países	Valor Liberado Até Agosto/2017
Brasil	449.925.787.081,14
Argentina	1.212.460.250,20
Angola	1.006.233.901,59
Estados Unidos	654.378.246,44
Venezuela	236.143.356,22
Chile	230.233.940,40
República Dominicana	201.679.496,00
Canadá	56.887.934,21
Equador	40.945.584,10
Uruguai	5.648.435,33
Cuba	2.538.069,09
Peru	75.472,99
México	398.327,29
Índia	265.374,00
Diversos Países	2.307.319.588,72
Total	455.881.695.057,72

Tela apresentada pelo TCU ao Senado em audiência pública da CAE realizada em 25/06/2019
<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

JUROS ALTOS SÃO O PRINCIPAL FATOR RESPONSÁVEL PELO CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA DÍVIDA PÚBLICA

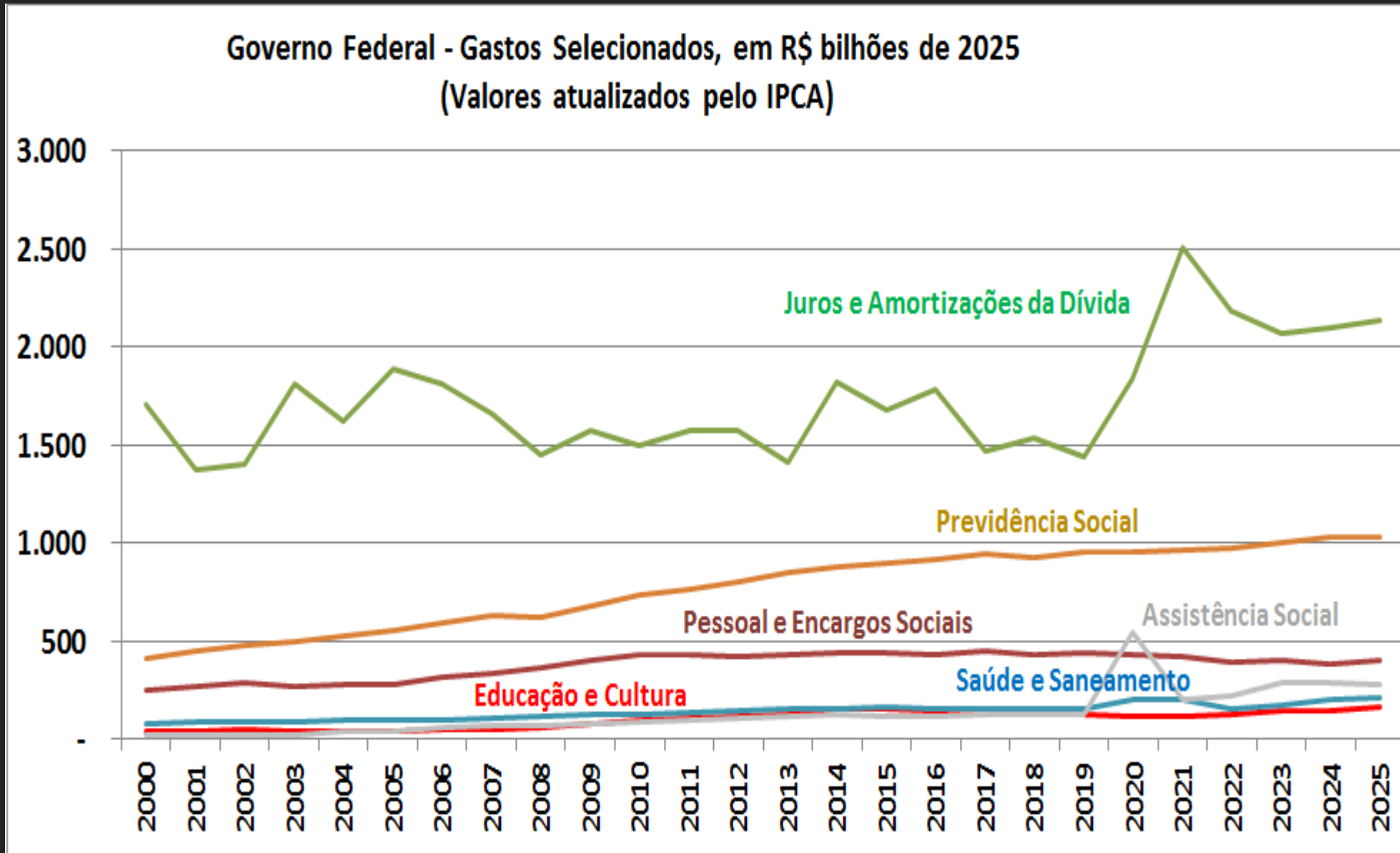
Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ Trilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:

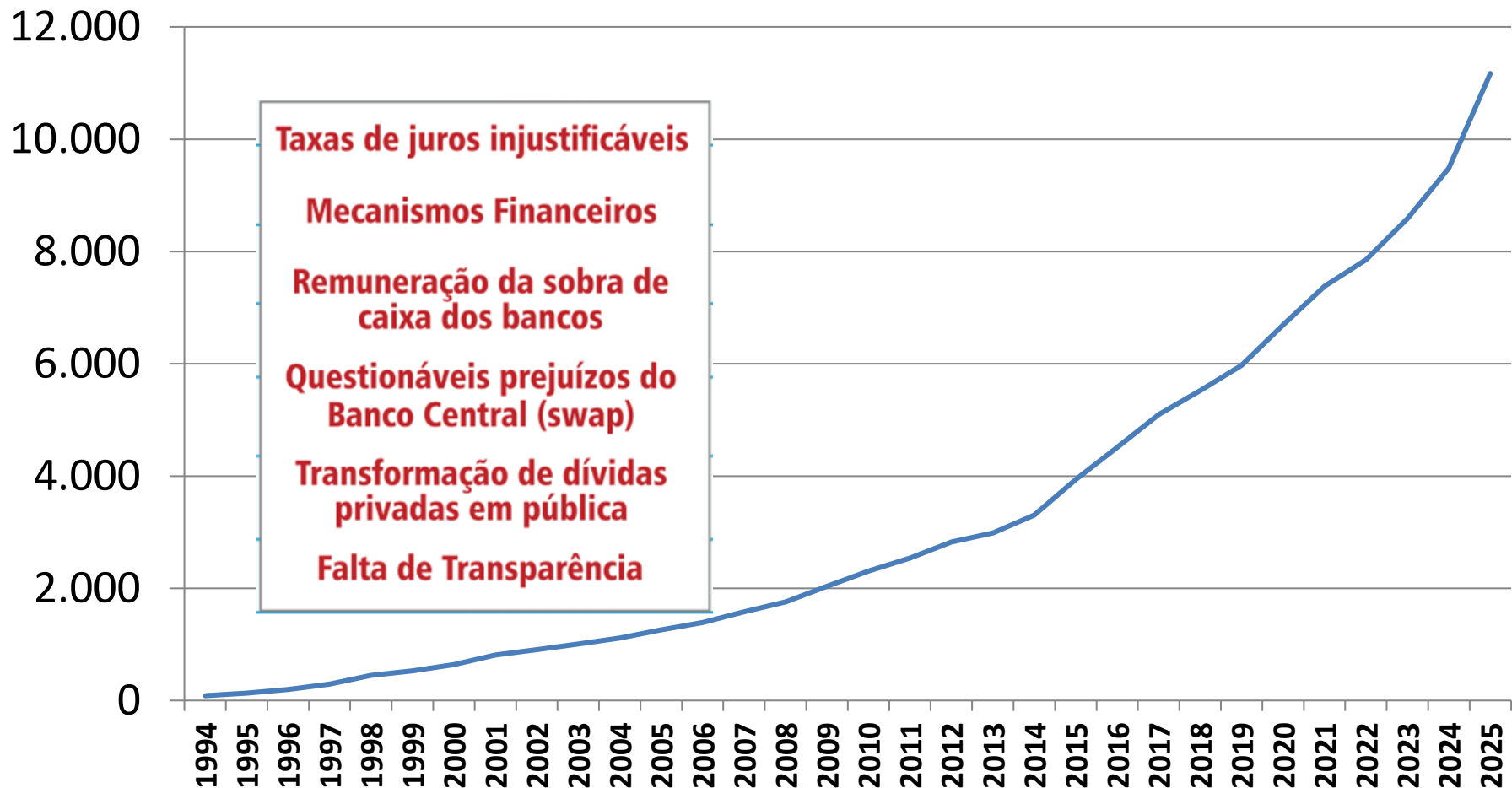
<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

ONDE ESTÁ O VERDADEIRO ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ???



A EXPLOSÃO DA DÍVIDA INTERNA

Dívida Interna Federal (R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central - Nota para a Imprensa - Política Fiscal - Quadro "Títulos Públicos Federais" e Relatório Mensal da Dívida do STN (Anexo 2.1)

A ELEVADA DÍVIDA PÚBLICA TEM SIDO UTILIZADA COMO JUSTIFICATIVA PARA:

- Destinar a maior parcela do orçamento ao pagamento de juros e demais gastos com o Sistema da Dívida;
- Impor sucessivas contrarreformas, como as reformas da Previdência e a PEC 38/2025 ("Reforma Administrativa");
- Restringir investimentos sociais por meio do teto de gastos (EC 95/2016) e do Arcabouço Fiscal (LC 200/2023);
- Limitar recursos para saúde, educação, assistência social, meio ambiente e demais políticas públicas;
- Privatizar patrimônio público estratégico e reduzir a atuação do Estado.

Tudo isso para sustentar uma dívida pública sem contrapartida comprovada em investimentos para o país

Atuação de Mecanismos fraudulentos

A chamada “securitização de créditos públicos” tem se tornado um modelo de negócios, mediante o qual o mercado se apodera de recursos públicos antes mesmo que tais recursos alcancem os cofres públicos. Os recursos públicos são desviados durante o seu percurso pela rede bancária, tal como acontece em um empréstimo consignado, e não são sequer contabilizados no orçamento público.

- TRIBUTOS (CPSEC S/A, PBH ATIVOS S/A)
- ROYALTIES (RioPrevidência <https://bit.ly/3u0H08u>)
- RECEITAS COMERCIAIS (Nióbio em MG <https://bit.ly/3tbVh35>)



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-o-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

ELEIÇÕES 2026

A Carta-Aberta Eleições 2026 já pode ser enviada por qualquer pessoa, com 1 clique



**Envie a Carta-Aberta
Eleições 2026 aos Partidos
Políticos com um clique**

A ACD já fez o envio a todos os partidos políticos.

**2 - PROPOSTA DE EMENDA
CONSTITUCIONAL (PEC)
38/2025 - "Reforma
Administrativa"**

ACD preparou folheto novo sobre a "Reforma Administrativa ou Desmonte?"

Reforma Administrativa ou Desmonte?

Como o Banco Mundial e o BID interferem para o desmonte dos serviços sociais

Uma nova proposta de "Reforma Administrativa" está sendo apresentada à sociedade de forma extremamente atraente e sedutora, por meio de intensa propaganda de "modernização" do Estado brasileiro, eficiência na prestação de serviços públicos e economia de recursos. Todas as pessoas querem isso, mas será que essa proposta representa isso mesmo? **Você precisa conhecer, porque essa proposta interfere em sua vida!**

A medida foi formalizada na Câmara dos Deputados como **Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 38/2025 e 2 projetos de lei** e pretende fazer uma profunda modificação na Constituição Federal do Brasil. Caso aprovada, essa proposta representará um prejuízo incalculável à população, pois irá DEMOLIR a estrutura do Estado que presta **serviços de saúde, educação, previdência, assistência e demais, os quais correm o risco de serem privatizados ou até desaparecer.**

E o que está por trás desse desmonte da estrutura do Estado? Entregar mais recursos ainda para o pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública, que já consome mais de 40% do orçamento federal anualmente, como mostra o gráfico abaixo, referente ao ano de 2025, por exemplo.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R\$ 5,054 TRILHÕES



AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA
 FONTE: Planos de Orçamento Federal - <https://www.planofinanciam.gov.br/planofinanciam>
 ELABORAÇÃO: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 14/02/2025. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
 O gráfico por função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 3 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (END 2 e 4); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903); e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente pelo cumprimento de sentenças judiciais e concessão de financiamento).
 NOTA: Os dados inicialmente previstos no Orçamento Federal 2025 para as "emendas parlamentares" foi de R\$ 30,4 bilhões. Esse montante inclui emendas de bancada estadual, emendas de comissão e emendas individuais (entre as quais as "emendas Pivô", no valor de R\$ 6,9 bilhões, que representam 22,6% do orçamento federal pago em 2025). Os valores efetivamente empregados (pagos) em 2025 de todas as emendas parlamentares somaram R\$ 31,5 bilhões (10,2% do orçamento pago). Veja o artigo "O privilégio da Dívida no orçamento federal pago em 2025 e o Risco das Emendas Parlamentares".

Essa dívida não tem servido para financiar investimentos no país, como já **comprovado pelo Tribunal de Contas da União**, funcionando como o que denominamos **Sistema da Dívida**.

A proposta de "Reforma Administrativa" privilegia o Sistema da Dívida também no âmbito dos Estados, Municípios e Distrito Federal, na medida em que limita o crescimento das despesas com

- **fim** da estabilidade no serviço público mediante o estabelecimento de prazo para os vínculos;
- **aumento** da possibilidade de demissão de servidores devido à regulamentação da insuficiência de desempenho por meio da implementação de regras de avaliação não transparentes;
- **unificação** de regras administrativas na esfera federal, visando engessamento em estrutura padrão que desrespeita as peculiaridades regionais e as profundas desigualdades existentes em nosso país, além de provocar impacto nocivo à autonomia de todos os entes federados;
- **ampliação** das possibilidades de terceirização e privatização dos serviços públicos, entregando-os à iniciativa privada, que passará a cobrar caro por todos os serviços que hoje são direitos constitucionais: saúde, educação, previdência, assistência, fiscalização ambiental, entre outros.

Essas propostas estão longe de representar a eficiência almejada pela sociedade brasileira, tendo em vista que todas elas levam ao desmonte da estrutura do Estado que hoje conhecemos e que poderá ser alterada, caso essa PEC venha a ser aprovada, com graves danos para a imensa maioria do povo brasileiro, que não consegue acessar serviços de saúde, educação, segurança, previdência, assistência etc., fora da estrutura pública.

É preciso atentar também para o disposto no **Projeto de Lei (PL) 6170/2025**, de iniciativa do Poder Executivo, que altera carreiras existentes, cria cargos e gratificações, transforma funções, redefine lotações e institui programas de desligamento, atingindo vários setores do funcionalismo público federal.

Qual é a saída? Como barrar essa PEC 38/2025?

A resistência precisa ser ampla, informada e organizada. Várias ações podem ser colocadas em prática, tais como mobilizações populares; uso das ferramentas criadas pela Auditoria Cidadã da Dívida para o envio de mensagens a todas as autoridades, com apenas um clique, **contra a PEC 38/2025 e contra o PRS 8/2025**; pressão institucional sobre órgãos de controle (TCU, CGU, Ministério Público, defensorias e demais) para demonstrar tecnicamente os riscos da proposta; esclarecimento à sociedade sobre as graves perdas que essa proposta representa, bem como para desmascarar o falso discurso de que a reforma administrativa traria economia, mostrando que o verdadeiro rombo das contas públicas está no Sistema da Dívida, e não no serviço público e na estrutura do Estado que a PEC 38/2025 pretende demolir.


Os direitos do povo só são preservados com mobilização consciente e coletiva.

Folheto elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida com o apoio das entidades:



AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA
 Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida
 • SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar – Brasília/DF – CEP:70070-939 – Edifício Ordem dos Advogados do Brasil
 • Telefone: (61) 61 98581-2561 • www.auditoriacidada.org.br
 • E-mail: contato@auditoriacidada.org.br

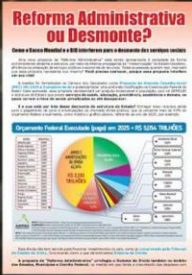
É fundamental ampliar a divulgação desse material em todo o país



REFORMA ADMINISTRATIVA

“PEC do Desmonte” deve ocorrer ainda em 2026, diz relator

Acesse o folheto da ACD “Reforma Administrativa ou Desmonte?” e saiba mais sobre a PEC 38!



Fotos: Acervo Câmara dos Deputados

- Com 1 clique pressione autoridades brasileiras dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário a rejeitem a PEC 38/2025:

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-pressione-autoridades-brasileiras-dos-poderes-legislativo-executivo-e-judiciario-a-rejeitem-a-pec-38-2025/>

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/relator-da-reforma-administrativa-a-pec-do-desmonte-deve-ocorrer-ainda-em-2026-diz-relator/>

REFORMA ADMINISTRATIVA – Principais riscos para o Estado e os direitos sociais

- Desmonte dos serviços públicos de saúde, educação, previdência, assistência social e segurança.
- Ampliação da privatização, terceirização e precarização dos serviços públicos.
- Enfraquecimento da estabilidade dos servidores públicos.
- Ampliação das possibilidades de demissão por "insuficiência de desempenho".
- Fragilização dos concursos públicos e ampliação das contratações pela CLT.
- Limitação de gastos com pessoal e enfraquecimento da capacidade do Estado.
- Centralização de competências na União, com prejuízo ao pacto federativo.
- Influência de organismos internacionais, como BID e Banco Mundial, na formulação da proposta.

PEC 38/2025 “Reforma Administrativa” folheto contra chamada “Reforma Administrativa” é distribuída em Brasília

**Cartilha contra chamada
“Reforma Administrativa”
é distribuída em Brasília**



Atividade na Feira da Ponta Norte, na 216 Norte. Integrantes da UP e do DCE/UnB, participaram da distribuição.

PORTARIA DO MGI ANTECIPA PONTOS RELEVANTES DA PEC 38/2025

Portaria do MGI antecipa a “chamada” Reforma Administrativa e ameaça o serviço público



- Centraliza no MGI a gestão e a alocação das carreiras transversais, reduzindo a autonomia dos órgãos públicos;
- Transforma servidores públicos em força de trabalho móvel;
- Enfraquece as carreiras específicas e os quadros permanentes;
- Facilita o esvaziamento institucional;
- Abre espaço para terceirizações, contratações temporárias e outras formas de flexibilização da força de trabalho;
- Fragiliza o vínculo entre servidor, órgão, equipe e política pública.

PRS 8/2025 aprofunda o Arcabouço Fiscal com gatilho automático, mas livra Bolsa-Banqueiro

BOLSA-BANQUEIRO NÃO!

Pressione com 1 clique

<https://auditoriacidada.org.br/bolsa-banqueiro-nao-2/>

... vedações a reajustes, criação de cargo, emprego ou função, planos de carreira, admissão ou contratação de pessoal, realização de concurso público, revisão de auxílios ou benefícios de qualquer natureza.

1 CLIQUE

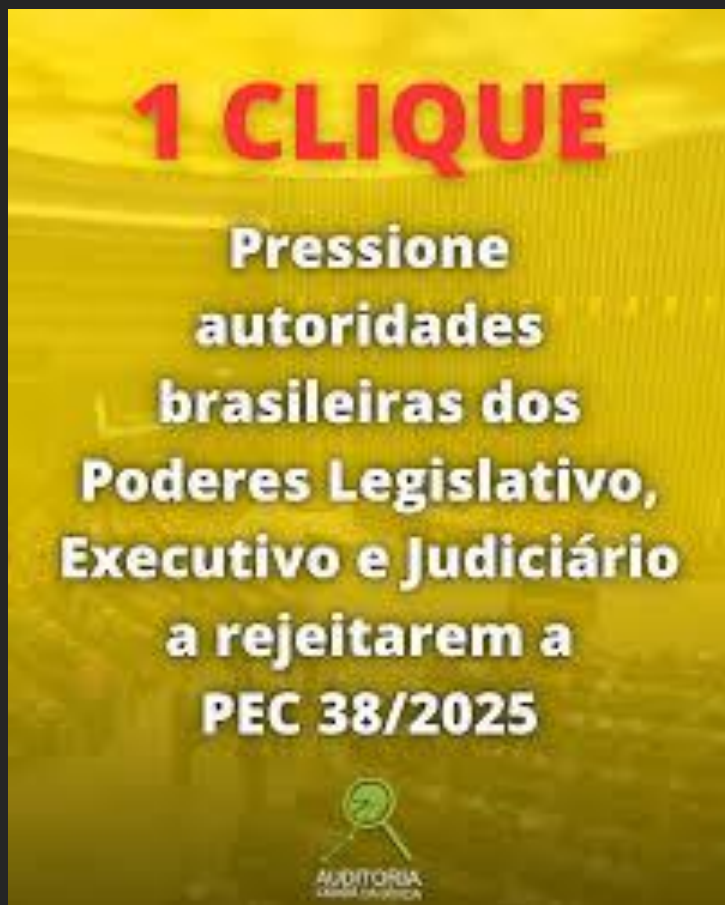
Envie ALERTA aos parlamentares

Projeto que limita a Dívida Pública (PRS 8/2025) protege a "Bolsa-Banqueiro" e aprofunda o Arcabouço Fiscal

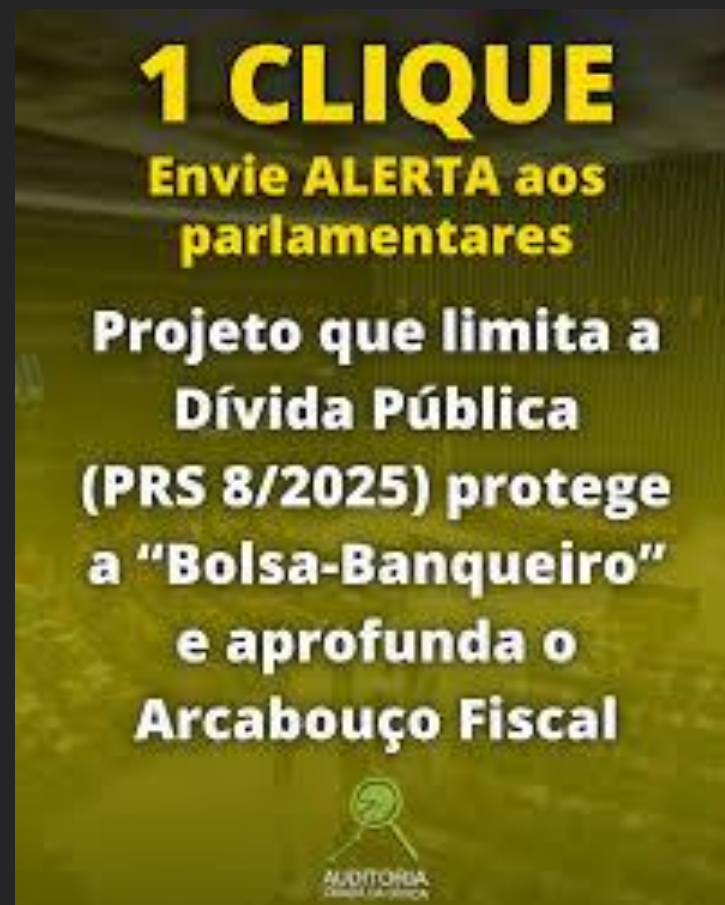


<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-envie-alerta-aos-parlamentares-projeto-que-limita-a-divida-publica-prs-8-2025- protege-a-bolsa-banqueiro-e-aprofunda-o-arcabouco-fiscal/>

Com 1 clique pressione autoridades brasileiras dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário a rejeitarem a PEC 38/2025 e o PRS 8/2025



<https://documents1.worldbank.org/curated/en/248371559325561562/pdf/ID4D-Practitioner-sGuide.pdf>



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-envie-alerta-aos-parlamentares-projeto-que-limita-a-divida-publica-prs-8-2025-protége-a-bolsa-banqueiro-e-aprofunda-o-arcabouco-fiscal/>

**3 - PEC 65/2023 e a transformação do
Banco Central em instituição
completamente desvinculada dos poderes
institucionais, com possibilidade inclusive
de adquirir papéis podres de bancos sem
limite ou controle algum**

PEC 65/2023

O MAIOR RISCO JÁ APRESENTADO PARA O BANCO CENTRAL

A PEC 65/2023 reinaugura a possibilidade de o Banco Central arrematar papel podre de bancos de forma sorrateira.

Inclui, ao artigo 164 da Constituição Federal, um §8º que diz:

"o Banco Central poderá utilizar seus instrumentos de intervenção para manter níveis adequados de liquidez e a funcionalidade dos mercados, inclusive mediante negócios jurídicos com entidades e fundos que atuem no mercado secundário de títulos de emissão do Tesouro Nacional, observados os parâmetros estabelecidos em lei."

Em 2020 em plena pandemia o mesmo golpe foi tentado na PEC 10/2020



Aprovada em plena pandemia, a medida não resultou na compra de papéis podres graças à intensa mobilização da ACD e da sociedade (lives, campanhas nas redes sociais, interpelações extrajudiciais, cartas aos ministros do STF e ADI 6417), conforme resposta do BC a pedido de informação apresentado pela ACD em 2025. Como a autorização era restrita ao período da pandemia, o ministro Dias Toffoli arquivou a ADI 6417 sem julgamento do mérito.

<https://www.sindjus.com.br/auditoria-cidada-da-divida-denuncia-que-pec-10-podera-desviar-um-trilhao-de-verbas-publicas-em-favor-dos-bancos/10994/>

PEC 65 TRANSFORMA O BANCO CENTRAL EM INSTITUIÇÃO PRATICAMENTE DESVINCULADA DOS CONTROLES INSTITUCIONAIS

- BC poderá adquirir papéis podres de bancos em “negócios jurídicos”, gerando prejuízos sem limites;
- Transferência de riscos privados bilionários para o povo, por meio da dívida pública;
- BC ficará imune, desvinculado de todos os poderes instituídos, e não terá que prestar contas ou se submeter a nenhum dos poderes, ou seja, ficará acima de tudo e de todos!
- Nenhum outro país no mundo possui legislação similar;
- Proposta originada de interesses financeiros privados internacionais, a mando do BIS e do FMI.

É urgente impedir sua aprovação.

O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) critica a PEC, que pode aumentar o risco à integridade funcional do corpo técnico do BC

The image shows a screenshot of a news article on the 'Dinheiro' website. The page has a white background with a blue navigation bar at the top. The main title of the article is 'Sinal vê risco à integridade funcional do corpo técnico do BC em novo relatório da PEC 65'. Below the title, there is a sub-header 'Economia' and a date '17/04/2026 - 16:51'. To the right of the date are social media sharing icons for Facebook, Twitter, WhatsApp, LinkedIn, Email, and Print. The first paragraph of the article is visible, starting with 'O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) critica, em nota, o novo relatório da PEC 65, apresentado na quinta-feira, 16, pelo senador Plínio Valério (PSDB-AM). Para a entidade, as propostas endereçadas pelo relator podem aumentar o risco à integridade'.

Menu

ISTOÉ
Dinheiro

IstoÉ • Dinheiro • Dinheiro Rural • Saúde • Gente • Planeta • Esportes • Menu • Motorshow • Mulher • Sustentável • P

ÚLTIMAS | REVISTA | CARREIRA | ECONOMIA | NEGÓCIOS | TECNOLOGIA | FINANÇAS

Economia

Sinal vê risco à integridade funcional do corpo técnico do BC em novo relatório da PEC 65

ESTADÃO CONTEÚDO ⓘ
17/04/2026 - 16:51

Para compartilhar:
f t w in e ↗

O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) critica, em nota, o novo relatório da PEC 65, apresentado na quinta-feira, 16, pelo senador Plínio Valério (PSDB-AM). Para a entidade, as propostas endereçadas pelo relator podem aumentar o risco à integridade

<https://istoedinheiro.com.br/sinal-ve-risco-a-integridade-funcional-do-corpo-tecnico-do-bc-em-novo-relatorio-da-pec-65>

RISCOS DA PEC 65/2023 PARA O CORPO TÉCNICO DO BANCO CENTRAL

- Fragiliza a autonomia técnica e o regime estatutário;
- Concentra poderes na Diretoria Colegiada;
- Amplia a possibilidade de pressões políticas e econômicas sobre o corpo técnico;
- Enfraquece a governança interna e os mecanismos de controle;
- Reduz a transparência e os freios e contrapesos institucionais;
- Foi rejeitada pela maioria dos servidores consultados pelo Sinal.

ACD preparou folheto específico e já iniciou a distribuição no Congresso Nacional

PEC 65/2023

autoriza compra de papel podre de bancos privados pelo Banco Central. E QUEM PAGARÁ A CONTA É O POVO!

Se o Banco Central comprar papéis podres de bancos (a exemplo dos emitidos pelo Banco Master), ele vai apurar prejuízos bilionários, que serão transferidos para o Tesouro Nacional, ou seja, PARA O POVO PAGAR de várias formas, por exemplo:

- por meio do aumento da dívida pública;
- aprofundamento dos cortes de investimentos sociais, como saúde e educação, e demais restrições do arcabouço fiscal;
- mais contrarreformas que retiram e adiam direitos sociais;
- privatizações do nosso patrimônio público.



Você está sendo roubado para que fraudes de bancos sejam acobertadas.

A PEC 65/2023 pretende transformar o Banco Central em instituição intocável

A absurda proposta de emenda constitucional (PEC) 65/2023 quer alterar a Constituição Federal para tornar o Banco Central **INTOCÁVEL**, ou seja, nenhum dos poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário ou Ministério Público) poderá questionar suas decisões ou exercer qualquer tipo de controle ou supervisão. O Banco Central ficará entregue, de vez, ao mercado financeiro e a serviço de bancos nacionais e estrangeiros.

O golpe já foi tentado antes

Há anos o Banco Central vem tentando adquirir papéis podres de bancos. Logo que decretada a pandemia da Covid-19 no Brasil, o Banco Central liberou **pacote** de alguns trilhões de reais em medidas de liquidez, de crédito e outras, e, adicionalmente, incluiu na proposta de emenda constitucional (PEC) 10/2020 um dispositivo que permitia a aquisição de ativos privados problemáticos, isto é, papéis podres em poder de bancos, tendo o então presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, **declarado** que o volume desses ativos somava R\$ 972,9 bilhões! Mas o golpe alcançaria vários trilhões, como **noticiado à época**. Na ocasião, apesar daquela PEC ter sido aprovada e transformada em Emenda Constitucional 106/2020, o mercado financeiro não conseguiu emplacar o golpe, diante da grande mobilização que revelou o escândalo por meio de várias atividades, inclusive o ajuntamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6917).

Ativos privados que BC pode comprar caso PEC seja aprovada somam R\$ 972,9 bilhões



© Banco Central tem um conjunto de ativos privados de R\$ 972,9 bilhões de reais sob a responsabilidade do Presidente do Banco Central (Roberto Campos Neto).

A PEC 65 restaura o GOLPE DE TRILHÕES

De forma sorrateira e sob a desculpa de "manter níveis adequados de liquidez e a funcionalidade dos mercados", a PEC 65 autoriza o Banco Central fazer "negócios jurídicos" com entidades e fundos que atuam no mercado financeiro.

Ao não especificar que negócios jurídicos seriam esses, a PEC 65 dá um verdadeiro cheque em branco para o Banco Central, podendo gerar um GOLPE DE TRILHÕES PARA O POVO PAGAR, tendo em vista que os seus prejuízos são transferidos para o Tesouro Nacional e pagos pelo [Sistema de Dívida](#).

A PEC 65/2023 transforma o Banco Central em balcão de papéis podres de bancos

A PEC 65/2023 transforma o Banco Central em "entidade pública de natureza especial", desvinculada de qualquer órgão da Administração Pública, acima de qualquer controle institucional efetivo, ou seja, não terá que dar satisfações e não poderá ser alvo de punição ou controle por qualquer poder constituído, ainda que adquira as dezenas de trilhões de papéis podres de bancos existente em suas respectivas carteiras há anos!

A PEC 65 pretende transformar o Banco Central em entidade desvinculada de todos os poderes, completamente autônoma e livre para atuar como bem entender, sem controle ou fiscalização por parte de qualquer órgão, e sem ter que dar satisfações acerca dos prejuízos bilionários que gera e transfere para o Tesouro Nacional. A ausência de controle e regimento é tamanha, a ponto de o próprio Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) vir a público **alertar para o risco** de aprofundamento das crises: "A autonomia do BC deve ser institucional, não um cheque em branco para ocupantes temporários."

A PEC 65 foi ditada por interesses do mercado financeiro, conforme textualmente citado em relatório apresentado à Comissão de Constituição e Justiça do Senado: a proposta está "em linha com os **Códigos de Transparência do FMI** e com as diretrizes de governança do **Banco de Compensações Internacionais (BCI)**", organismos que têm historicamente interferido em nossa soberania financeira e na geração de dívida pública sem qualquer contrapartida, tornando o rico Brasil um dos países mais injustos do mundo!

A independência já concedida ao Banco Central por meio da lei complementar 179/2021 tem que ser revogada e não aprofundada

O Banco Central já possui exacerbada autonomia em relação aos poderes constituídos, concedida pela Lei Complementar 179/2021, que também foi objeto de questionamento acerca de sua constitucionalidade junto ao STF (ADI 6696).

Essa autonomia tem viabilizado uma atuação cada vez mais perversa à economia produtiva, beneficiando somente a especulação, o aprofundamento da financeirização e o rentismo, com graves consequências econômicas e sociais.

Isso precisa ser revogado, mas a PEC 65 irá aprofundar a liberdade do Banco Central continuando provocando inúmeros danos à economia brasileira de diversas formas, por exemplo:

- Decisões sem fundamento técnico ou científico têm mantido a taxa básica de juros Selic em patamar exorbitante, amarrando a economia nacional;
- Sigiliosos contratos de swap, uma verdadeira aposta, que garante a variação do dólar para privilegiados do setor financeiro e corporações ligadas ao grande agronegócio de exportação e mineração predatória;
- Prática de questionáveis mecanismos, como a **Bolsa Bancuêta**, mediante a qual remunera diariamente a sobre de caixa dos bancos, pagando-lhes elevados juros sobre dinheiro que sequer pertence a eles, causando uma falsa escassez de moeda no mercado que leva à explosão dos juros e à quebra das indústrias e demais empresas, aumentando o desemprego e travando o nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental, além de aumentar a chamada dívida pública em quase 3 trilhões de reais.

A PEC 65/2023 não corrige nada disso, pelo contrário, deixa o BC à vontade para continuar atuando em favor de interesses do mercado financeiro privado, em detrimento dos interesses nacionais e do povo brasileiro.

DIGA NÃO À PEC 65/2023!
O povo não pode pagar pela especulação e por fraudes de bancos privados.

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida



- SAUS, Quadra S, Bloco N, 1º andar - Brasília/DF - CEP: 70070-909
- Edifício Ordem dos Advogados do Brasil
- Telefone: (61) 61.98581-2561 • www.auditoriacidadada.org.br
- E-mail: contato@auditoriacidadada.org.br

Estamos também nas Redes Sociais: [Facebook](#) [Instagram](#) [Twitter](#) [YouTube](#) [LinkedIn](#)

Accesse aqui outros materiais e a versão em PDF desse folheto com links clicáveis



JUNHO / 2026

MUTIRÃO NACIONAL CONTRA A PEC 65

- Distribuição do novo folheto no Senado durante toda esta semana;
- Envio massivo de mensagens aos senadores com 1 clique;
- Compartilhar, comentar e divulgar os materiais da campanha;
- Apoiar financeiramente a impressão e distribuição do novo folheto.

Precisamos intensificar imediatamente a mobilização

**4 - FRENTE PARLAMENTAR PELO LIMITE
DOS JUROS E AUDITORIA DA DÍVIDA
COM PARTICIPAÇÃO POPULAR E
CAMPANHA PELO LIMITE DE JUROS (PLP
104/2022)**

FRENTE PARLAMENTAR PELO LIMITE DOS JUROS E AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR E CAMPANHA PELO LIMITE DE JUROS (PLP 104/2022)

- Confira todos os detalhes do Seminário conjunto ACD e Frente Parlamentar na Câmara dos Deputados

The screenshot displays the website for 'AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA'. At the top, there are social media icons for WhatsApp, Facebook, YouTube, Instagram, X, and TikTok, along with a search bar and a menu icon. The main content area features a sidebar on the left with the following information:

- SEMINÁRIO NACIONAL**
- 05 de maio de 2026
- 9h às 13h
- Câmara dos Deputados
- Financeirização, Sistema da Dívida e os reflexos das fraudes do Banco Master para a classe trabalhadora**
- INSCREVA-SE: Acesse auditoriacidada.org.br
- Realização: Frente Parlamentar sobre o Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida com Participação Popular

The main content area on the right is titled **Financeirização, Sistema da Dívida e os reflexos das fraudes do Banco Master para a classe trabalhadora**. It features a video player with a red play button and a grid of speakers:

- Maria Lucia Fortes**: Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida
- Fernanda Medeiros**: Disputada política pelo Rio Grande do Sul. A mestranda em ciências sociais. Na luta extrema direita e dos direitos da
- Sara Almeida**: jornalista da rede eSistU e apresentadora do programa Letrad! Brasil
- Professor Miguel Bruno**: economista, doutor em Ciências Econômicas pela EBSFSP (Paris e pela UNIJ), e pesquisador da FINECIBAC, da UFRJ e da Faculdade Mackenzie Rio
- Professor Mechaer Lucio**: Historiador, Pós-Doutor em Economia e Ciências da Universidade de Lisboa e docente da Escola de Serviço Social da UFRJ

At the bottom of the video player, there are logos for various sponsors and a 'Assista no YouTube' button. Below the video player, the text reads: 'Confira todos os registros do **Seminário Nacional: "Financeirização, Sistema da Dívida e os reflexos das fraudes do Banco Master para a classe trabalhadora"**, um importante debate realizado na Câmara dos Deputados, que reuniu especialistas e lideranças comprometidas com a análise crítica do Sistema da Dívida e seus

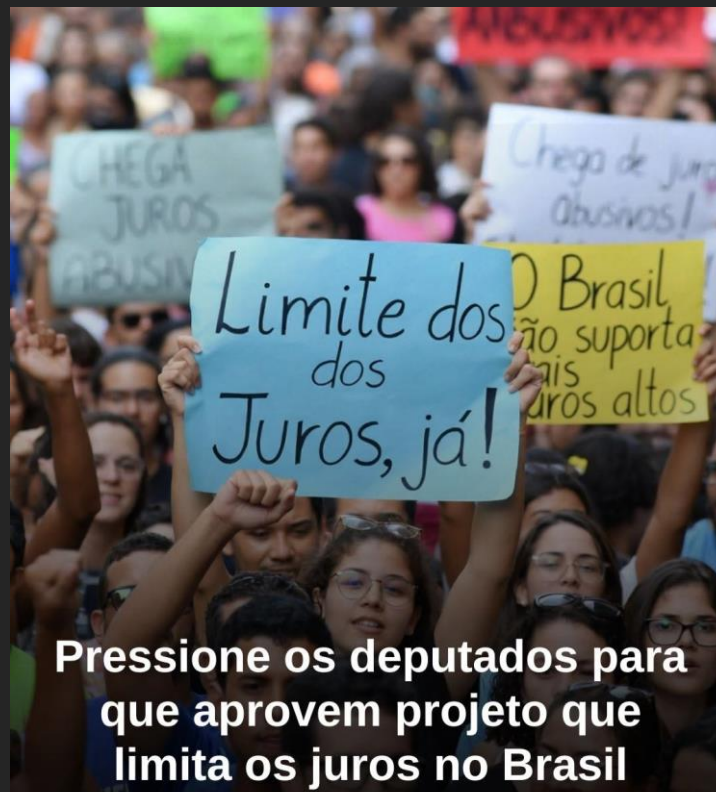
<https://auditoriacidada.org.br/fraudes-banco-master-impactos-classe-trabalhadora-divida/>

FRENTE PARLAMENTAR PELO LIMITE DOS JUROS E AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR E CAMPANHA PELO LIMITE DE JUROS (PLP 104/2022)

CLIQUE AQUI

Pressione o presidente da Câmara dos Deputados para que aprove os Requerimentos 1527/2026 e 1528/2026, para que o PLP 104/2022 avance para a CCJ

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-pressione-o-presidente-da-camara-dos-deputados-para-que-approve-os-requerimentos-e-o-plp-104-2022-avance-para-a-ccj/>



Pressione os deputados para que aprove projeto que limita os juros no Brasil



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/1-clique-contra-os-juros-abusivos-pressione-a-camara-a-destravar-o-plp-104-2022/>

**5 - CURSO "O SISTEMA DA DÍVIDA NO
BRASIL E A NECESSIDADE DE
AUDITORIA INTEGRAL"**

CONHECIMENTO PARA FORTALECER A MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Chegou a hora de saber o que é Dívida Pública e como ela impacta nossas vidas

Inscreva-se no curso:

“O SISTEMA DA DÍVIDA NO BRASIL E A NECESSIDADE DE AUDITORIA INTEGRAL”



NOVO CURSO DA ACD

O SISTEMA DA DÍVIDA E A NECESSIDADE DE AUDITORIA

Com base na Cartilha da ACD o curso oferece uma imersão sobre os mecanismos que alimentam o endividamento público sem retorno social, seus impactos econômicos e sociais e as ferramentas de mobilização e auditoria como caminhos para transformação.

Auditoria da Dívida Pública:
Práticas, ferramentas e instrumentos para a mobilização social e auditoria integral da dívida pública.

Maria Inês Fattinelli

<https://auditoriacidada.org.br/cursos/>



- Compreenda o que é o Sistema da Dívida e seus impactos na vida da população;
- Entenda por que faltam recursos para áreas essenciais, apesar da riqueza do país;
- Curso 100% EAD, com linguagem acessível, avaliação final e certificado.

<https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

CURSO "O SISTEMA DA DÍVIDA NO BRASIL E A NECESSIDADE DE AUDITORIA INTEGRAL"

- Inscrições abertas até 31 de julho de 2026.
- Solicitamos às entidades:
 - divulgar o curso junto às suas bases;
 - incentivar dirigentes, colaboradores(as) e filiados(as);
 - avaliar apoio financeiro para novas inscrições.
- Confira os depoimentos de ex-alunos sobre a importância do curso para a atuação sindical e social
<https://auditoriacidada.org.br/cursos/>
- 16 aulas, uma aula por semana (cerca de 35 minutos), TCC será a produção de um artigo.
- Duração de quatro meses.
- Apresentação do curso e informações disponíveis em
<https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

6 - ELEIÇÕES 2026

ELEIÇÕES 2026

- A Carta-Aberta Eleições 2026 já pode ser enviada por qualquer pessoa.
- Com apenas um clique é possível encaminhá-la aos partidos políticos e pré-candidatos(as).

O objetivo é ampliar o debate público sobre:

- Sistema da Dívida;
- Limite dos juros;
- Auditoria da dívida pública;
- Defesa dos direitos sociais.

ELEIÇÕES 2026

A Carta-Aberta Eleições 2026 já pode ser enviada por qualquer pessoa, com 1 clique



**Envie a Carta-Aberta
Eleições 2026 aos Partidos
Políticos com um clique**

A ACD já fez o envio a todos os partidos políticos.

7 - NÚCLEOS DA ACD NOS ESTADOS

INFORMES SOBRE AS DIVERSAS ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DA ACD

- Informes gerais e propostas surgidas na reunião de Núcleos realizada do dia 26/06/2026.
 - Proposta de realização de palestras presenciais nos estados com apoio da Unidade Popular, a fim de fundação de novos Núcleos.
 - Possível CPI da Previdência de Maceió.
 - Articulação com movimento estudantil e fortalecimento da mobilização social.
 - Frente Parlamentar em São Paulo.
 - Pedido de informações ao GDF sobre Securitização BRB.
 - Pesquisar sobre implantação da Securitização nos respectivos estados.

7 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Doações podem ser feitas via

PIX 12537204000145

ou

<https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



/Spotify.



Google Podcasts



/AUDITORIACIDADA

ÉHORADEVIRAR0JOGO